OS DESVIOS DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2011

A IDOLATRIA DA NATUREZA PROMOVE A POBREZA, A FOME E O MALTHUSIANISMO

CAPAX DEI

MSIa

Orelha-1

"Não se preocupem com eles. São cegos guiando cegos. Ora, se um cego guia outro cego, os dois cairão num buraco."
(Mateus 15, 14.)

Os redatores da CNBB podem ter sido motivados pelo empenho em colocar a Igreja na vanguarda das discussões sobre temas que consideram "os sinais dos tempos". Porém, a sua ótica desfocada nos remete à parábola bíblica magistralmente retratada no quadro *A parábola dos cegos guiando os cegos*, de Pieter Bruegel o Velho (1568), que ilustra a capa desta edição. Em uma época de intensas turbulências religiosas, o artista advertiu contra os problemas de se seguirem cegamente os falsos líderes que se afastavam das lições da Igreja (retratada na igreja ao fundo). No caso da CF 2011, o resultado foi uma promoção dos princípios misantrópicos e anticristãos que impregnam a ideologia e a agenda do movimento ambientalista internacional.

MOVIMENTO DE SOLIDARIEDADE
IBERO-AMERICANA

Para Tomar Nota

OS DESVIOS DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2011

A IDOLATRIA DA NATUREZA PROMOVE A POBREZA, A FOME E O MALTHUSIANISMO

Rio de Janeiro, 2011

CAPAX DEI

MSIa

OS DESVIOS DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2011

A IDOLATRIA DA NATUREZA PROMOVE A POBREZA, A FOME E O MALTHUSIANISMO

Copyright © 2011 – Capax Dei

ISBN 978-85-9805-917-4

É vedada a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização prévia dos editores.

EDITOR-PRESIDENTE
Lorenzo Carrasco

DIRETORA
Silvia Palacios

CONSELHO EDITORIAL
Ángel Palacios Zea
Anno Hellenbroich
Elisabeth Hellenbroich
Geraldo Luís Lino
Gildo Magalhães
Marivilia Carrasco
Michael Liebig
Nilder Costa
Paolo Raimondi

PROJETO GRÁFICO
Maurício Santos

Capax Dei Editora Ltda.
R. México, 31 – s. 202
20.031-144 – Rio de Janeiro – RJ
Telefax 0xx21-2532-4086
capax@terra.com.br

Índice

1. Os equívocos da Campanha da Fraternidade 2011 5

2. O Vaticano condena a idolatria da natureza 18

3. Falácias do texto-base da CF 2011 24

4. O aquecimento global antropogênico é reprovado no teste do método científico 36

Apêndice 1
Os problemas energéticos à luz da Doutrina Social da Igreja 45

Apêndice 2
As futuras gerações e o "Princípio da Precaução" 51

1

Os equívocos da Campanha da Fraternidade 2011

Silvia Palacios e Lorenzo Carrasco

A nação brasileira tem percorrido uma difícil trajetória histórica em termos do trabalho de gerações, pesquisa científica e capacitação tecnológica, que, não obstante, a colocam hoje em lugar de destaque como grande produtora de alimentos, com uma das maiores áreas potenciais de expansão agrícola do planeta, além de dotá-la de vastas fontes de energia, principalmente, hidroeletricidade, petróleo, gás natural e energia nuclear.

O pleno desenvolvimento desses recursos, acrescido da implementação de grandes obras de infraestrutura de transportes e comunicações,

deve beneficiar não apenas o País, mas também facilitar a integração física e econômica da América do Sul, da qual o Brasil é o centro nevrálgico, por suas dimensões, população e capacidade produtiva. Em conjunto, o Brasil e a região têm um enorme potencial para transformar os seus vastos recursos naturais em riquezas reais em benefício da população e converter-se num "celeiro do mundo", contribuindo ativamente para eliminar o vergonhoso espectro da fome no planeta e para ajudar o restante da América Latina e grande parte da África a superar o seu subdesenvolvimento histórico.

Diante da aguda crise econômica e social que afeta todo o mundo, produto da globalização financeira sem controle, este é o momento para que o chamado "Continente da Esperança" mostre o seu esplendor e utilize esta oportunidade histórica para praticar a solidariedade dentro de suas fronteiras e o fomentá-la fora delas, manifestando as raízes cristãs que nos formaram como nações miscigenadas e exercendo uma fraternidade universal que tem sido ignorada pelos sistemas econômicos dominantes nos últimos três séculos. Esta ordem solidária e fraterna tem sido a preocupação central da Doutrina Social da Igreja desde que esta foi apresentada.

Por isso, causa surpresa e choque constatar que o texto-base da Conferência Nacional dos

Bispos do Brasil (CNBB) para a Campanha da Fraternidade 2011 (CF 2011), com o inspirador lema "Fraternidade e a vida no planeta", deixe de lado aquela perspectiva de progresso e esperança para, em troca, apoiar as teses infundadas do movimento ambientalista internacional contra a sociedade urbana e industrial. Se não contasse com a chancela da CNBB – que pela terceira vez trata de temas ambientais em sua campanha da Quaresma –, um leitor desavisado poderia supor que o documento poderia ter sido elaborado por ONGs como o Greenpeace, o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) ou outras.

Como tem sido apontado por várias investigações do Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIa) (como o livro *Máfia Verde: o ambientalismo a serviço do Governo Mundial* e outros), confirmadas por trabalhos independentes, o movimento ambientalista tem funcionado como um instrumento político a serviço de oligarquias internacionais, contra o progresso das nações em desenvolvimento. Na essência, a sua proposta é a de um retorno a sistemas econômicos pré-industriais, motivada por uma equivocada ideologia de "retorno à natureza", com inspiração esotérica e disfarçada de uma falsa espiritualidade, que, na realidade, representa uma porta de entrada à chamada "New Age" e outras formas de idolatria. Ou seja,

tratam-se de conceitos que jamais deveriam ser respaldados em nome da Igreja Católica, cuja Doutrina Social os condena formalmente.

A estranheza com o documento da CF 2011 é ainda maior pelo fato de o Brasil ter sido, nas últimas duas décadas, submetido a fortes pressões por parte de poderosos grupos oligárquicos internacionais, visando frear ou impedir o desenvolvimento dos seus vastos recursos naturais e humanos, o desenvolvimento de tecnologias avançadas, como a energia nuclear, o setor aeroespacial e outros, em um esforço de enquadrar o País em um autêntico regime de "apartheid tecnológico". Na área de infraestrutura física, o movimento ambientalista internacional tem sido mobilizado, com vastos recursos financeiros e o apoio de grande parte da mídia, para se lançar contra todo tipo de projetos: hidrovias, ferrovias, asfaltamento de rodovias, usinas hidrelétricas, energia nuclear e muitos outros.

Já na década de 1970, essas eram as motivações dos grupos oligárquicos anglo-americanos encastelados no governo dos EUA, que elaboraram o chamado memorando *NSSM-200*, o qual propunha uma estratégia secreta de controle da população para o Brasil e outros 12 países em desenvolvimento, sob o argumento de que o seu crescimento populacional colocaria em risco o abastecimento de recursos

naturais (localizados nesses países) para os EUA e seus aliados. Vem daí o apoio financeiro a campanhas de esterilização maciça de mulheres das regiões mais pobres do Brasil e dos demais países citados no documento, por parte de agências oficiais e fundações privadas estadunidenses. Nesta e em outras campanhas, ficava evidente a intenção de minar as raízes cristãs da sociedade brasileira, consideradas por tais grupos como sendo o impulso do crescimento populacional do País.

Thomas Malthus redivivo

No final do século XVIII, o reverendo inglês Thomas Malthus, que também era professor de Economia Política da Companhia das Índias Orientais britânica (a primeira grande empresa colonial criada para explorar recursos naturais no exterior), lançou as bases da ideologia que ficaria conhecida pelo seu nome, o malthusianismo. Em linhas gerais, Malthus afirmava que a população humana tinha limites naturais impostos pela incapacidade de a produção de alimentos acompanhar o crescimento demográfico. Ademais, Malthus era contrário às incipientes políticas de ajuda aos pobres e a quaisquer avanços da medicina que diminuíssem as altas taxas de mortalidade da época – recursos que, segundo ele, eram contrários às leis naturais. Ficou célebre a sua polêmica com o médico

Thomas Jenner, que introduziu a vacinação contra a varíola, doença que era então uma das principais causas de mortes prematuras, especialmente de crianças.

Embora o malthusianismo tenha sido desacreditado pelos grandes avanços na produtividade agrícola ocorridos ao longo do século XX, os círculos oligárquicos que promoviam o controle populacional direto decidiram sofisticar os seus argumentos. Desta forma, converteram os conceitos malthusianos na ideologia ambientalista, cuja essência sustenta a inviabilidade de se estender a todos os povos e países do planeta os níveis de vida desfrutados pelas sociedades industrializadas, supostamente, devido à inexistência de recursos naturais e à incapacidade de o meio ambiente global suportar os impactos decorrentes de um amplo desenvolvimento mundial. E é aí que entra em cena o alarmismo prevalecente nas campanhas ambientalistas, principalmente, nas que envolvem as mudanças climáticas.

Evidentemente, isso não significa que as preocupações com o meio ambiente sejam injustificadas – aspecto que tem sido observado por altos dignitários do governo da Igreja Católica, a começar pelo Papa Bento XVI. Afinal, o grande desafio da Humanidade é a construção de um sistema econômico harmonioso, baseado no respeito à dignidade e aos

direitos naturais do ser humano, como indicados a partir do próprio Livro do Gênesis (I, 28), no qual tem que ser devidamente considerada a necessidade de certos níveis de proteção do meio ambiente, estabelecidos com critérios científicos e morais.

Nesse quadro, além do regozijo familiar, o nascimento de uma criança deve ser recebido como uma potencial contribuição para o progresso humano e o enriquecimento do Universo – uma criatura de Deus –, na medida em que ela disponha de condições de desenvolver plenamente os seus potenciais criativos inatos.

Porém, a combinação dos dogmas malthusianos e ambientalistas, sustentada por um consumismo egoísta e hedonista, vê o nascimento de novas vidas humanas como ameaças aos níveis de vida que, supostamente, não poderiam ser universalizados. Sob esta ótica perversa, as novas vidas seriam "novas bocas", "novos poluidores" ou outras qualificações depreciativas. Para alguns adeptos mais radicais da hipótese do aquecimento global, o controle populacional seria a maneira mais eficiente de se evitar que a Humanidade continuasse afetando a atmosfera.

O pessimismo cultural disseminado por essa visão malthusiana-ambientalista, nas últimas décadas, tem contribuído bastante para a brusca queda das taxas de fertilidade para níveis abaixo

da mera reposição da população, que tem afetado a quase totalidade dos países industrializados e já começa a atingir países em desenvolvimento, como o próprio Brasil. Esta crise demográfica, ao contrário da "bomba populacional" pregada pelos malthusianos nas décadas de 1960-70, representa uma séria ameaça para a prosperidade das economias modernas, devido aos seus efeitos sobre o envelhecimento da população, a menor disponibilidade de uma força de trabalho produtiva e o peso sobre os sistemas de seguridade social.

Foi, entre outros motivos, para combater esses lúgubres prognósticos sobre o futuro da Humanidade, que o Papa Paulo VI convidou o mundo a transitar por outro caminho, ao estabelecer, em sua profética encíclica *Populorum Progressio* (1967), que o autêntico desenvolvimento é "o novo nome da paz". O homem não é inimigo da natureza, mas está convocado ao seu aperfeiçoamento, por meio da técnica que é produto de seu intelecto, afirma o Pontífice no documento.

Contra esse espírito animador da Doutrina Social da Igreja e a ideia de progresso e industrialização, que contagiava as nações em desenvolvimento naquela época, em suas aspirações de superar a sua pobreza histórica, as oligarquias internacionais criaram o Clube de Roma, para promover a insidiosa tese dos "limites ao

crescimento", ao mesmo tempo em que preparava o lançamento do movimento ambientalista internacional. A perversa ideologia defendida pelos mentores da organização pode ser sintetizada no seguinte parágrafo autoexplicativo do livro *The First Global Revolution* (A primeira revolução global), de 1991: "Na busca de um novo inimigo que nos uma, levantamos a ideia de que a poluição, a ameaça do aquecimento global, a escassez de água, a fome e outras do gênero, se encaixariam no conceito. Todos esses perigos são causados pela intervenção humana e somente podem ser superados com uma mudança de atitudes e comportamentos. *O inimigo real, então, é a própria Humanidade* [grifos nossos]."

Em abril de 2007, ao apresentar as conclusões do seminário internacional sobre "Mudanças Climáticas e Desenvolvimento", realizado em Roma, o cardeal Renato Raffaele Martino, presidente do Conselho Pontifício Justiça e Paz, criticou veementemente o que chamou "a ideologia do catastrofismo". Segundo ele, "o informe preparado pelo MIT de Boston para o Clube de Roma, feito público em 1972, com o título *Os limites do crescimento*, foi a mãe de todos os catastrofismos do ambientalismo ideológico".

O cardeal Martino é apenas um de muitos dignitários da Igreja Católica que têm feito as

comparações cabíveis do radicalismo ambientalista e o malthusianismo anticristão.

Por conseguinte, é inconcebível que os autores do documento da CNBB sequer levaram em conta essas importantes discussões, limitando-se a recorrer à "autoridade" de entidades como o Clube de Roma. E, da mesma forma, se fazem eco de outro dos arautos do catastrofismo ambiental, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), órgão das Nações Unidas que tem sido crescentemente contestado em sua pretensão de representar um inexistente "consenso científico" sobre as questões climáticas, sem falar nas informações fraudulentas que tem divulgado para justificar a suposta interferência humana no clima global.

Além do não comprovado aquecimento global antropogênico, os autores do documento também repetiram sem qualquer consideração crítica relevante os ataques igualmente infundados dos ambientalistas radicais contra os organismos geneticamente modificados (transgênicos), a energia nuclear e a exploração dos enormes recursos de petróleo e gás natural da camada do pré-sal da costa brasileira, uma conquista tecnológica e orgulho do Brasil. Tudo isso, contrariamente às lúcidas discussões em que o Vaticano tem se engajado com a comunidade científica em relação aos fenômenos

naturais das mudanças climáticas, o desenvolvimento da energia nuclear para usos pacíficos e a utilização de produtos transgênicos no combate à fome, como veremos adiante.

Uma morna "sopa teológica"

Ainda mais surpreendente é a tentativa, na seção "Apontamentos bíblicos sobre a preservação da natureza" (p. 58), de justificar a agenda ambientalista segundo os cânones do magistério cristão. Para tanto, os autores recorrem a uma coleção de citações de documentos eclesiásticos e declarações de autores cristãos e papas (inclusive os dois últimos), retiradas dos seus contextos gerais para fazer parecer que a doutrina cristã apoia o radicalismo "verde". O resultado é a promoção de uma autêntica idolatria da natureza, que remete ao paganismo pré-cristão, como já advertiu ninguém menos que o próprio papa Bento XVI, que rotulou a ideologia malthusiana-ambientalista como "neopaganismo".

Em 135 páginas quase inacreditáveis, o documento reproduz sem maiores contestações toda a pletora de argumentos que têm sido manipulados para justificar a agenda de limitações do uso de combustíveis fósseis, além de oferecer como alternativa o habitual receituário "verde" de restrições tecnológicas, cuja aplicação plena implicaria em um virtual

retrocesso civilizatório e uma drástica redução da população mundial.

Entre outras propostas, os autores apontam o uso de energias "alternativas" – eólica, solar, geotérmica etc. –, que mal representam 2% do consumo mundial de eletricidade, além do retorno a uma virtual agricultura de subsistência, com as suas fortes críticas ao que chamam genericamente "agronegócio".

A absoluta insensibilidade dos autores para com as verdadeiras necessidades de uma população ávida de progresso se mostra na sugestão de um programa para a redução do consumo pessoal. Entre as recomendações, destacam-se: o abandono das viagens de avião; a preferência pelo consumo de legumes e frutas orgânicos (muito mais caros); o uso de fraldas "ecocompatíveis"; a troca do papel pela tecnologia digital; o uso de painéis solares para aquecimento e geração de eletricidade; e outras do gênero. Seriam estas recomendações de uma ação preferencial pelos pobres?

Os redatores da CNBB podem ter sido motivados pelo que percebem como a melhor das intenções, o empenho em colocar a Igreja na vanguarda das discussões sobre temas que consideram "os sinais dos tempos", ainda que com uma ótica um tanto desfocada, que nos remete à parábola bíblica do cego guiando os cegos, magistralmente retratada no quadro de Pieter

Bruegel o Velho, que ilustra a capa desta edição. A intenção do artista (explicitada pela igreja pintada no plano de fundo do quadro), em uma época de intensas turbulências religiosas, foi a de advertir contra se seguir cegamente os falsos líderes que se afastavam das lições da Igreja. No caso da CF 2011, o resultado acabou sendo uma descabida promoção dos princípios misantrópicos e anticristãos que impregnam a ideologia e a agenda do movimento ambientalista internacional.

O Vaticano condena a idolatria da natureza

Silvia Palacios e Lorenzo Carrasco

Em abril de 2007, realizou-se no Vaticano um seminário internacional sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento. O evento, promovido pelo Conselho Pontifício Justiça e Paz, teve a participação de 80 especialistas de áreas diversas provenientes de 20 países de todos os continentes. No discurso de encerramento da reunião de dois dias, ao apresentar as conclusões dos debates, o cardeal Renato Raffaele Martino, presidente do Conselho, transmitiu uma mensagem clara e direta: o Vaticano reconhece a importância das mudanças climáticas, mas rejeita alarmismo inconsequente que tem dominado o assunto.

Em entrevista à Rádio Vaticano, Martino foi enfático: "Nem todo o mundo científico está proclamando o desastre. Há um bom número de cientistas que, consistentemente, não vê essas mudanças climáticas sob um ângulo negativo e, de fato, dizem que esses fenômenos são recorrentes ao longo dos anos e das eras e, às vezes, podem apresentar resultados favoráveis para a agricultura e o desenvolvimento."

Por outro lado, Martino dedicou grande parte do seu discurso a uma veemente crítica à idolatria da natureza. Segundo uma nota divulgada pela agência Zenit.org (27/04/2007), ele enfatizou que "a natureza é para o homem e o homem é para Deus" e criticou o que denominou "formas de idolatria da natureza que perdem de vista o homem".

"Também na consideração dos problemas relativos às mudanças climáticas teremos que recorrer a Doutrina Social da Igreja, que não avaliza nem a absolutização da natureza nem sua redução a mero instrumento", afirmou. Para ele, "a natureza não é um absoluto, mas uma riqueza depositada nas mãos responsáveis e prudentes do homem", e isto também significa que "o homem tem uma indiscutível superioridade sobre a criação e, em virtude de ser pessoa dotada de uma alma, não pode ser equiparada aos demais seres vivos, nem muito menos considerado elemento de perturbação do

equilíbrio ecológico naturalista. O homem não tem um direito absoluto sobre ela, ainda que sim um mandato de conservação e desenvolvimento dentro de uma lógica do destino universal dos bens da Terra, que é um dos princípios fundamentais da Doutrina Social da Igreja, principio que tem de ser compatibilizado sobre tudo com a opção preferencial pelos pobres e pelo desenvolvimento dos países pobres".

"A Igreja propõe uma visão realista. Tem confiança no homem e em sua capacidade sempre nova de buscar soluções aos problemas que a historia apresentam. Capacidade que lhe permite opor-se com frequência às recorrentes, infaustas e improváveis previsões catastrofistas", prosseguiu.

Nas conclusões, Martino lembrou que, "segundo a conceição da ecologia humana desenvolvida por João Paulo II, a ecologia não é só uma emergência natural, mas uma emergência antropológica, na que tem um papel decisivo a relação do homem consigo mesmo e, sobretudo, com Deus. O erro antropológico é, portanto, teológico."

Em setembro do mesmo ano, durante a apresentação do livro "Recurso ambiente: uma viagem na cultura do fazer" (*Risorsa Ambiente. Um viaggio nella cultura del fare*), foi ainda mais enfático, ao denunciar quatro dos perigos em que se pode incorrer na abordagem dos

problemas ambientais. Em sua exposição, Martino explicou que a Doutrina Social da Igreja rejeita o biologismo, o catastrofismo, o naturalismo e a ideologia malthusiana, propondo, ao contrário, uma ecologia humana como a mais harmônica com o bem comum.

Martino criticou o "biologismo" (no Brasil, mais conhecido como "biocentrismo"), porque não distingue a diferença substancial entre o homem e os animais, remontando todas as funções humanas apenas a bases biológicas e genéticas. Para ele, o biologismo "não é uma ciência, é uma ideologia que se contrapõe ao antropocentrismo".

Sobre "a ideologia do catastrofismo", explicou que suas origens remontam aos relatórios do Clube de Roma sobre os "limites do desenvolvimento". O catastrofismo, afirmou, "é uma ideologia quando se nutre de um tal pessimismo antropológico que nunca aponta o homem como recurso... O pessimismo e a suspeita sobre o homem se convertem em confiança extrema nas técnicas seletivas, inclusive o aborto e a esterilização maciça".

Ao criticar o malthusianismo, Martino recordou que, por ocasião da Conferência da ONU sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994 e, depois, na dedicada às Mulheres em Pequim, no ano seguinte, "a ação diplomática exercida pela delegação

da Santa Sé entrou em singular sintonia com os países pobres do planeta, interessados em denunciar a ideologia neomalthusiana que propunha planificar de modo centralizado os nascimentos, violentando assim a vontade das mulheres".

O cardeal Martino explicou que a Doutrina Social da Igreja não admite a ideologia do naturalismo egoísta, ou seja, do "retorno à natureza", nas diversas formas de "esoterismo naturalista, narcisismo físico, busca de um bem-estar psicológico e emotivo confundido com bem-estar espiritual".

"São formas de naturalismo que confinam com a 'New Age', alimentam o supermercado da religiosidade, entendem de modo panteísta a biosfera como um todo único e indiferenciado, e perdem definitivamente de vista a natureza entendida como diálogo entre o homem e Deus", explicou.

Frente a essas ideologias, Martino recordou que os problemas ambientais são uma questão social e que a Doutrina Social da Igreja usa o conceito de "ecologia humana", como assinalado pelo papa João Paulo II na encíclica *Centesimus annus* (1991). No documento, o Pontífice escreveu: "Com freqüência, nos interessamos pelo ambiente natural, enquanto não há um empenho semelhante por salvaguardar o meio ambiente humano. Há pouco empenho

em salvaguardar as condições morais para uma autêntica ecologia humana."

"A expressão ecologia social, para a Igreja não significa só que o meio ambiente natural deva ser humanizado, encaminhado ao bem do homem de hoje e das gerações futuras. Quer dizer também e sobretudo que o meio ambiente humano – a salvaguarda da vida, da família, o trabalho, a cidade – exige o respeito a uma ecologia própria, a um funcionamento físico, a uma natureza própria", disse Martino.

O cardeal concluiu afirmando: "Nesse sentido, a ecologia humana é um conceito em harmonia com o bem comum, sendo este o conjunto daquelas condições sociais que permitem e favorecem nos seres humanos o desenvolvimento integral de sua pessoa."

Lúcidas considerações, que passaram despercebidas ou foram ignoradas pelos autores do texto-base da CF 2011.

É a mesma foto da capa.

3

Falácias do texto-base da CF 2011

Geraldo Luís Lino*

O texto-base da CF 2011 é tão repleto de equívocos conceituais e factuais que contestá-los um a um requereria um espaço consideravelmente maior que o permitido na presente publicação. Por conseguinte, limitar-nos-emos a comentar alguns dos mais representativos, suficientes para dar uma ideia da desorientação dos autores do documento da CNBB, quanto aos princípios científicos e tecnológicos básicos que fundamentam as questões climáticas e o estabelecimento das infraestruturas físicas das economias modernas.

---

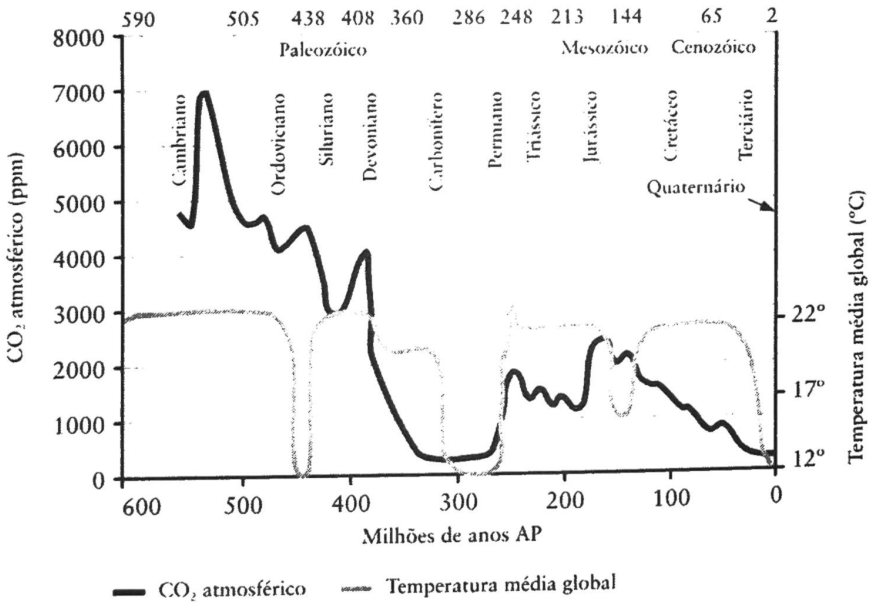
* Autor do livro *A fraude do aquecimento global: como um fenômeno natural foi convertido numa falsa emergência mundial* (Capax Dei, 2009).

Logo na Introdução da Primeira Parte (p. 15), o texto sintetiza o equívoco principal que norteia todo o trabalho: "(...) Nos dias de hoje, é visível que mudanças climáticas estão em curso; a temperatura está mais elevada, temporais por toda a parte, vendavais, longas estiagens. Mas se no passado as mudanças ocorreram por causas naturais, não podemos dizer o mesmo em relação às atuais, que coincidem com o processo de industrialização que se intensificou nos últimos dois séculos."

Para começar, as mudanças constituem o estado natural do clima, que há milhões de anos tem apresentado temperaturas bem mais altas e mais baixas que as atuais e concentrações de dióxido de carbono (CO_2) muito mais altas (mas apenas um pouco mais baixas) que as atuais (Fig. 1). Também houve níveis do mar muito mais altos e mais baixos, assim como a cobertura de neve e gelo variou entre zero e 100% da superfície do planeta. Logo, a própria expressão "mudanças climáticas" é redundante, pois o clima está sempre mudando. E temperaturas mais elevadas, grandes tempestades e secas prolongadas já ocorreram incontáveis vezes no passado e continuarão ocorrendo no futuro, sem que a Humanidade possa exercer qualquer controle sobre tais fenômenos – exceto tratar de antecipá-los e se preparar adequadamente para lidar com as suas consequências.

Curiosamente, apesar de admitir que "não há unanimidade na comunidade científica a respeito das causas destas mudanças climáticas a que assistimos" (p. 15), os autores não mencionam qualquer cientista ou trabalho que conteste o cenário alarmista que constitui a linha mestra do documento. Ao contrário, vão buscar os seus argumentos exclusivamente em fontes comprometidas com tal cenário catastrofista, engendrado com fins políticos, como

FIG. 1



Variação das concentrações atmosféricas de CO_2 e temperaturas nos últimos 560 milhões de anos. Observe-se que, durante a maior parte do período, as duas curvas não mostram uma correlação clara e as concentrações de CO_2 foram bem maiores que as atuais (Fontes: R.A. Berner e C.R. Scotese, www.geocraft.com/wvFossils/Carboniferous_climate.html).

o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas e o Clube de Roma, o templo do malthusianismo por excelência. Não por acaso, o primeiro tem sido crescentemente questionado, devido às numerosas informações erradas e até fraudulentas divulgadas em seus relatórios, e o segundo, propagandista da falaciosa tese dos "limites do crescimento", tem sido duramente criticado por numerosos dignitários da própria Igreja Católica.

Dizem eles (p. 20): "Em seu quarto relatório, de 2007, o IPCC afirma, com nível muito alto de confiança – isto é, com segurança de mais de 90% - que o planeta Terra está aquecendo desde 1750, tendo elevado a temperatura média em 0,74°C até 2006. Nesse sentido, alguns dados chamam a atenção, como por exemplo, as concentrações de dióxido de carbono (CO_2), o gás de efeito estufa mais importante, aumentaram entre 1995 e 2005 em um ritmo mais acelerado do que entre 1960 e 1995. Como o aumento se deve à maior presença de CO_2 na atmosfera, então a conclusão é que a temperatura tende a aumentar cada vez mais."

Neste único parágrafo, há duas imprecisões científicas e uma informação que, por si só, não tem qualquer relevância prática. A primeira imprecisão é a afirmativa de que o CO_2 é "o gás

de efeito estufa mais importante"; não é, o privilégio cabe ao vapor d'água (H_2O), responsável por mais de 90% do efeito, cabendo ao CO_2 pouco mais de 5%. A segunda é a conclusão de que mais CO_2 na atmosfera implica em temperaturas mais altas: a relação de causa e efeito, nas últimas centenas de milhares de anos, tem sido exatamente a oposta; quem varia primeiro são as temperaturas, as concentrações do gás as acompanham, em intervalos de tempo variáveis de alguns a centenas de anos. E a irrisória alta de temperatura verificada desde o século XVIII, como veremos adiante, não se distingue em nada das variações muito maiores ocorridas no passado.

Na p. 24, os autores afirmam que, "segundo estimativas, a queima de combustíveis fósseis acrescenta anualmente 5 bilhões de toneladas de CO_2 na atmosfera". E, adiante, na p. 32, advertem: "Assim, dada a quantidade de CO_2 na atmosfera, a redução necessária para as emissões seria, segundo o IPCC, da ordem de 50% até 2030. (...)"

Porém, os autores não dizem que a contribuição humana para o CO_2 que entra na atmosfera é muito inferior à das fontes naturais (oceanos, seres vivos, vulcões etc.). O Dr. Luiz Carlos Baldicero Molion, do Instituto de Ciências Atmosféricas da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), um dos maiores críticos brasileiros do

alarmismo climático, enfatiza que a atmosfera recicla anualmente 200 bilhões de toneladas (gigatoneladas) de carbono, mas existe uma faixa de incerteza muito grande sobre estes números, que são calculados entre 160 e 240 gigatoneladas, segundo os diversos estudos existentes. Como a contribuição humana não passa de 8 gigatoneladas, ela é de *apenas 10% da faixa de incerteza das estimativas sobre a quantidade total de carbono que entra na atmosfera todos os anos.*

Isso significa que, ainda que a toda a Humanidade embarcasse na irracional – e potencialmente suicida – agenda de redução de 50% das suas emissões de CO_2, o impacto nos fluxos naturais de carbono seria insignificante, em relação aos números conhecidos. Por outro lado, o sacrifício socioeconômico imposto à Humanidade seria enorme, pois tal redução afetaria, principalmente, o uso dos combustíveis fósseis – petróleo, gás natural e carvão mineral –, que proporcionam mais de 80% da energia primária consumida e cerca de dois terços da eletricidade gerada em todo o mundo.

A quantidade de erros referentes à dinâmica climática encontrados no documento da CNBB é tão grande que mais vale refutá-los em bloco, demonstrando a falta de base científica para a hipótese do aquecimento global antropogênico, na parte seguinte da presente edição.

A abundância de energia é um "perigo"

No tocante às fontes de energia, o trecho seguinte sintetiza a visão dos autores (p. 31): "(...) É preocupante o direcionamento que as recentes decisões do governo estão conferindo à questão das fontes energéticas em nosso país. Hoje a Região Amazônica é palco de grandes projetos hidrelétricos, como as usinas Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, Belo Monte e Tapajós, no Pará, além de muitas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) espalhadas pelo país e os acenos de expansão da matriz energética atômica. E, em meio às dificuldades mundiais de contenção das emissões de CO_2, o governo praticamente ignora o potencial oferecido pelo nosso imenso território para a implementação e expansão da energia solar e da eólica... A lógica desses projetos energéticos está na contramão das medidas necessárias para diminuir ou conter o aquecimento global e impedir que a desestabilização do clima coloque em risco as condições de vida do planeta. (...)"

Convenientemente, os autores não esclarecem que as únicas formas tecnológica e economicamente viáveis de geração de eletricidade para abastecer sociedades urbanizadas e industrializadas são as usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares, que respondem por cerca de 98% da eletricidade gerada no planeta. Devido à sua reduzida densidade energética e custo

elevado, as chamadas fontes "alternativas" – solar, eólica, geotérmica, biomassa etc. – são apropriadas apenas para abastecimentos locais ou pontuais. Qualquer sugestão em contrário não passa de desinformação ou desorientação ideologicamente motivada.

A visão distorcida contra os combustíveis fósseis atinge as raias do absurdo, quando, em vez de celebrar a ampla disponibilidade deles, os autores afirmam exatamente o oposto (p. 30): "As reservas disponíveis são suficientes para manter este consumo por décadas, talvez com preços um pouco mais elevados. *Atualmente, o perigo não é propriamente a escassez, mas a abundância de oferta destes produtos fósseis* [grifos nossos]. (...)"

Ou seja, a disponibilidade de fontes energéticas a custos acessíveis, que possibilitem a modernização das economias de todo o mundo e o aumento dos níveis de vida proporcionado pela disponibilidade de eletricidade (benefício de que pelo menos 1,5 bilhão de habitantes do planeta ainda não dispõem), é considerada *um perigo* pelos redatores do documento!

Por isso, não admira que outra passagem desqualifique a exploração de petróleo e gás natural na camada pré-sal da costa brasileira (p. 107): "(...) A exploração do pré-sal não é a maravilha apresentada pelas propagandas governamentais, pois além de dispendiosa e de

incorrer em riscos de graves acidentes ambientais, trata-se da energia que mais emite gases de efeito estufa, a combustão de derivados de petróleo. (...)"

Em uma reles frase de efeito, os autores depreciam a relevância de uma das maiores descobertas da exploração de hidrocarbonetos das últimas décadas em todo o mundo, fruto exclusivo da qualificação dos técnicos da Petrobras – quase como se a façanha, saudada internacionalmente, representasse um crime de lesa-humanidade.

E, logo adiante, voltam a atacar a tecnologia nuclear (pp. 107-08): "(...) A sociedade precisa se opor firmemente a iniciativas de expansão da matriz atômica, porque os seus resíduos permanecessem (sic) ativos por longos anos; seria um problema que legaríamos par muitas gerações futuras."

Curiosamente, os autores do libelo passam por cima do fato de que o Vaticano é membro fundador da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), órgão que tem entre as suas atribuições precípuas o desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos em todo o mundo. Nas palavras de Dom Giampaolo Crepaldi, arcebispo de Trieste e secretário do Conselho Pontifício Justiça e Paz do Vaticano, "a energia nuclear é um direito inalienável para o desenvolvimento econômico e social" –

como afirmou aos participantes de uma conferência internacional promovida pela Sociedade de Gerenciamento de Instalações Nucleares (Sogin), em julho de 2010 (ver Apêndice).

Ataque à agricultura moderna

Em outro trecho, o documento ataca toda a agricultura moderna, rotulada de forma simplista como "agronegócio" (p. 109): "(...) Podemos também questionar a qualidade dos seus produtos, cuja produção exige necessariamente a introdução de elementos químicos, além das sementes geneticamente modificadas. Os fertilizantes se constituem em um capítulo à parte, pois os excessos de fósforo e nitrogênio despejados nas terras acabam afetando as águas e a própria atmosfera. Diante disso, deveríamos favorecer a alternativa que é a pequena produção camponesa, privilegiando a compra de produtos orgânicos e os produzidos na região, para poupar o dispêndio de energia que resulta em emissões. (...)"

Ademais da insultuosa sugestão de que famílias pobres deem preferência a alimentos "orgânicos" de preços geralmente elevados, uma vez mais, os autores deixam implícita uma preferência por um idílico e bucólico mundo rural, de população, urbanização e industrialização reduzidas. E ainda ignoram ou fingem ignorar o vivo interesse do Vaticano pelos

avanços da biotecnologia, demonstrado pela realização da Semana de Estudos sobre os Organismos Geneticamente Modificados, promovida pela Pontifícia Academia de Ciências, em dezembro de 2010. Apesar de a Santa Sé esclarecer que não tem uma posição oficial sobre o tema, as discussões do evento foram sintetizadas em um documento chamado "As plantas transgênicas para a segurança alimentar no contexto do desenvolvimento", o qual estabelece: "Em conformidade com as recentes descobertas científicas, existe um imperativo moral de estender os benefícios desta tecnologia (os transgênicos) às populações pobres e vulneráveis que desejarem, em uma escala maior e em condições que aumentem seu nível de vida, melhorem a sua saúde e protejam o meio ambiente (Zenit.org, 2/12/2010)."

Uma das propostas do documento para orientar as ações individuais para "a diminuição das emissões de gases de efeito estufa" é uma lista de iniciativas promovida pela ONG inglesa 10:10 Global, dirigida pela cineasta Franny Armstrong (p. 101). Entre várias sugestões que qualquer pessoa sensata deve adotar para reduzir o consumo e o custo da energia doméstica (como desligar a televisão quando não estiver sendo assistida), a lista inclui disparates como a renúncia ao uso do papel e às viagens aéreas e a preferência por alimentos orgânicos produzidos

localmente (geralmente, de custo inacessível à maioria das famílias de menor poder aquisitivo).

Franny Armstrong ganhou certa notoriedade em 2009, com a divulgação do filme-catástrofe *A era da estupidez*, no qual pinta um mundo de meados do século devastado pelas mudanças climáticas provocadas pelo homem. Entretanto, em outubro de 2010, ela provocou um escândalo internacional com a exibição de um filmete de propaganda intitulado "Sem pressão" (*No pressure*), no qual estudantes secundários, funcionários de uma empresa e até um esportista eram explodidos em meio a jorros de sangue, por se recusarem a participar da campanha da ONG contra o carbono. A enorme repercussão negativa do fato levou a maioria das grandes empresas que patrocinavam a campanha a retirar-se dela (o leitor interessado pode conferir por si mesmo o deplorável vídeo, que foi postado em numerosos sítios da Internet).

Em resumo, definitivamente, os redatores do texto-base da CF 2011 não fizeram direito o seu "dever de casa".

4

É a mesma foto da capa.

O aquecimento global antropogênico é reprovado no teste do método científico

Geraldo Luís Lino

O aspecto central de toda a discussão sobre as questões climáticas é o fato incontestável de que *não existe nenhuma evidência científica real que permita distinguir as mudanças de temperaturas, níveis do mar e outros parâmetros climáticos ou influenciados pelo clima, em escala global, ocorridas desde a Revolução Industrial do século XVIII, das variações muito maiores e mais rápidas ocorridas anteriormente, de modo a que se possa atribuí-las à ação humana.* Vale a pena repetir de forma

mais direta, para não deixar margem a dúvidas: *não existe qualquer evidência científica observada que apoie a hipótese do aquecimento global antropogênico (AGA)* – que se baseia apenas em modelos matemáticos rodados em supercomputadores.

É claro que essa afirmativa contraria quase tudo o que costuma ser apresentado à opinião pública em geral, com base no suposto "consenso" científico representado pelo IPCC, trombeteado repetidamente por Al Gore e seus amigos de Hollywood, uma mídia mais interessada em manchetes sensacionalistas do que em fatos científicos reais, políticos interessados em agradar o eleitorado ou preocupados em não contrariar as suas crenças e um grande número de pessoas preocupadas, mas desinformadas – inclusive os autores do texto-base da CF 2011. Portanto, para demonstrar o que dissemos acima, convidamos o leitor a uma aplicação elementar do método científico, submetendo a ele a hipótese do AGA.

Como se sabe, o método científico envolve basicamente: 1) a formulação de uma hipótese; e 2) a comprovação dessa hipótese com dados observados no mundo real. Se os dados observados não se encaixarem na hipótese, ela deve ser abandonada (ou os métodos de coleta de dados precisam ser revistos). Não obstante, mesmo quando um certo conjunto de dados a

comprova, é comum que novos dados observados posteriores deixem de corresponder a ela, com o que é necessário reformulá-la em parte ou totalmente. Em linhas gerais, é assim que a ciência tem avançado.

Com isso em mente, *examinemos a hipótese do AGA*.

1. Hipótese:

O homem estaria afetando a dinâmica climática com as emissões de carbono (especialmente CO_2) posteriores à Revolução Industrial (séc. XVIII).

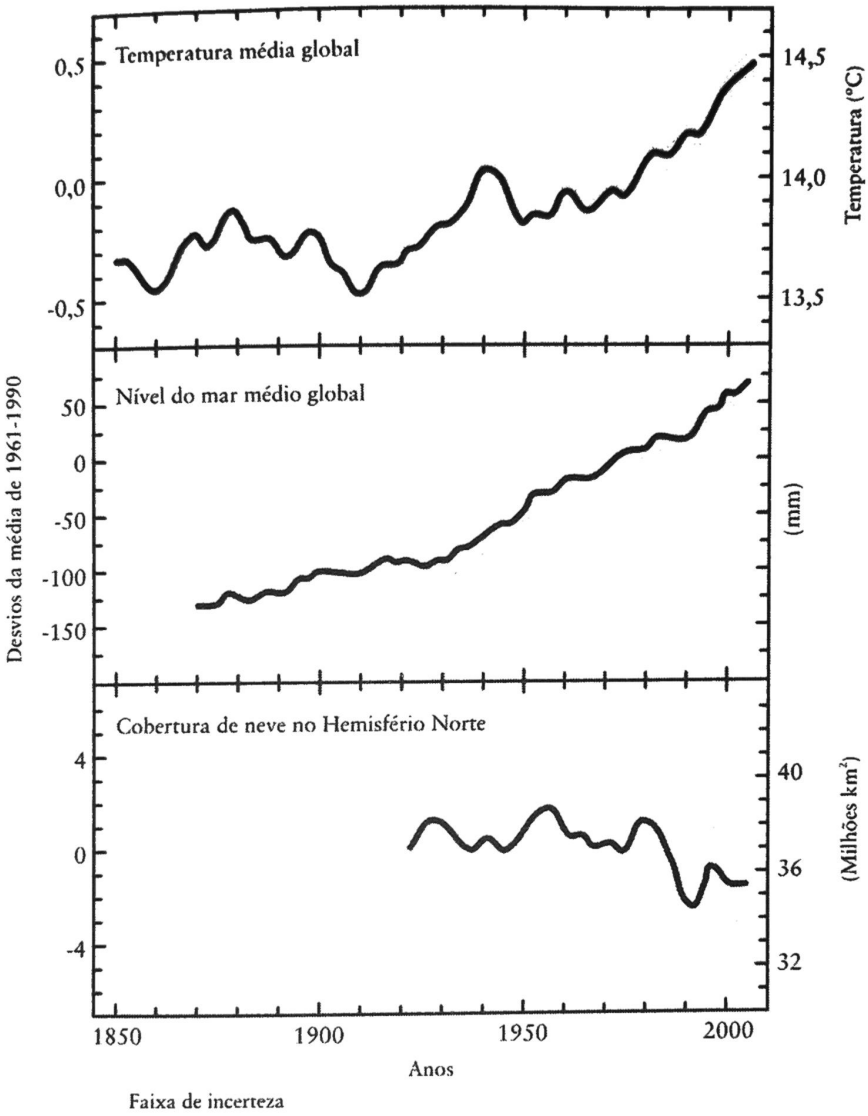
2. Evidências necessárias:

Para comprovar tal hipótese, seria preciso que houvesse alguma variação perceptível nas taxas de variação de certos parâmetros climáticos, como a temperatura, ou influenciados pelo clima, como o nível do mar, em relação ao comportamento deles *antes da Revolução Industrial*, de modo que se pudesse identificar a interferência humana (que se revelaria por uma aceleração positiva nas variações deles; por exemplo, o aumento das temperaturas ou dos níveis do mar teriam que ser mais rápidos do que os ocorridos antes do século XVIII).

3. Evidências observadas:

Segundo o relatório de 2007 do IPCC, desde meados do século XIX, a temperatura média da atmosfera aumentou cerca de 0,8°C e o

FIG. 2



Temperaturas, níveis do mar e retração dos glaciares desde o séc. XIX, segundo o relatório de 2007 do IPCC. As elevações registradas nas temperaturas (0,8°C) e níveis do mar (cerca de 20 cm) são indistinguíveis das variações muito maiores e mais rápidas, ocorridas antes da Revolução Industrial (Fonte: IPCC, 2007).

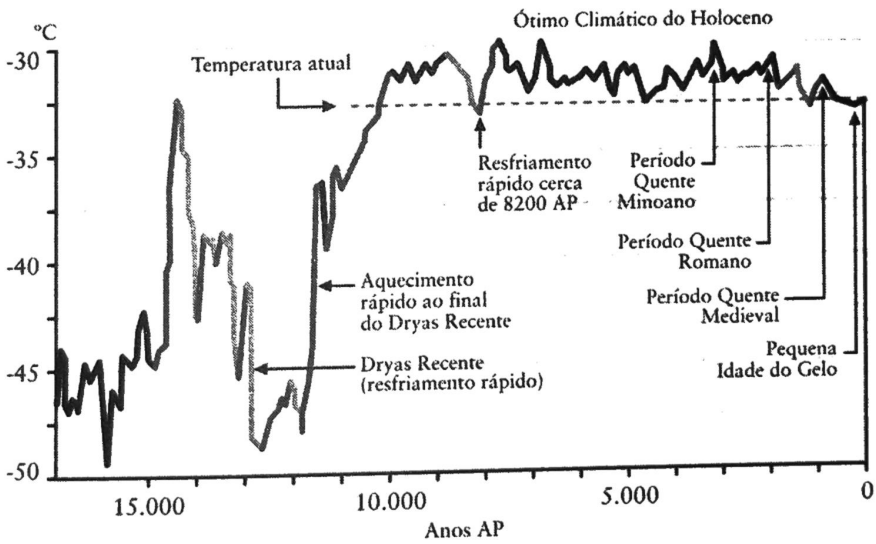
nível do mar, 0,2 m (20 cm) (Fig. 2). Ocorre que, ao longo do Holoceno, a época geológica iniciada há 12 mil anos e na qual a Civilização tem existido, houve vários períodos *mais quentes e com níveis do mar mais altos que os atuais*. Por exemplo, no Holoceno Médio, há cerca de 5.000-6.000 anos, os níveis do mar eram até *3 metros superiores aos atuais*, como se observa em muitos lugares do mundo, inclusive na costa brasileira. Naquela época, as temperaturas médias eram 2-4°C mais altas que as atuais. Igualmente, entre os séculos X e XIII, ocorreu o chamado Período Quente Medieval, em que as temperaturas eram 1-2°C superiores às atuais, conforme indicam centenas de pesquisas realizadas em dúzias de países e em todos os continentes.

Da mesma forma, a elevação das temperaturas verificada desde 1870 significa um aumento médio de 0,06°C por década. Ora, pouco antes do início do Holoceno, há 12.900 anos, quando o planeta se encontrava em meio ao degelo do último período glacial, ocorreu um súbito resfriamento que durou cerca de 1.300 anos, o chamado Dryas Recente. Na época, as temperaturas caíram 7-8°C em menos de 50 anos e, ao final desse período de resfriamento, voltaram a subir quase tão rapidamente quanto haviam caído, subindo na mesma proporção em pouco mais de meio

século (Fig. 3). Essas variações bruscas de temperaturas, tanto de queda como de subida, foram dezenas de vezes mais rápidas do que a elevação ocorrida no período industrial da Humanidade.

Quanto ao nível do mar, há 22.000 anos, no auge do último período glacial, ele se encontrava a 130 metros abaixo do nível atual,

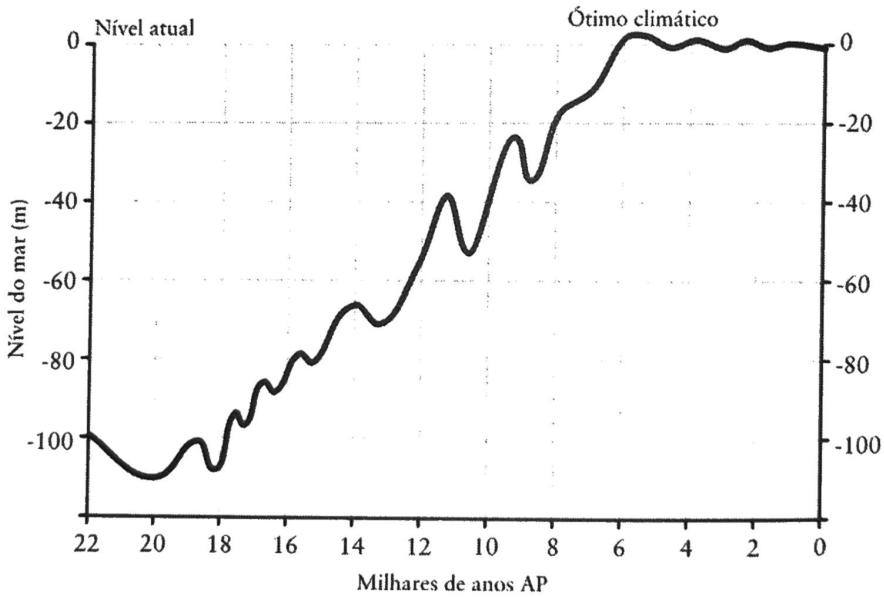
FIG. 3



Evolução das temperaturas atmosféricas na Groenlândia Central, nos últimos 16.000 anos, inferidas a partir de uma sondagem no gelo (GISP 2). Observe-se que, na maior parte dos últimos 12.000 anos (Holoceno), as temperaturas foram mais altas que as atuais. E, também, as bruscas fases de resfriamento e aquecimento que marcaram o período frio chamado Dryas Recente, entre 12.900 e 11.600 anos atrás, quando as temperaturas caíram e subiram 8oC em poucas décadas (Fonte: D.J. Easterbrook, 2008).

tendo subido desde então e atingido níveis próximos do atual por volta de 6.000 anos atrás. A maior parte desta subida, 120 metros, ocorreu entre 18.000 e 6.000 anos atrás – ou seja, uma elevação média de um metro por século (Fig. 4), suficiente para causar impacto visual nos povos que habitavam as margens dos continentes, entre uma geração e outra (não por acaso, muitos deles têm lendas sobre um dilúvio universal). Essa taxa de um metro por

FIG. 4



Variação do nível do mar nos últimos 22.000 anos. Observe-se a elevação de cerca de 120 metros, ocorrida entre 18.000 e 6.000 anos atrás, uma taxa de 1 m por século (sete vezes mais rápida que a registrada desde o séc. XIX). Em torno de 5.000-6.000 anos atrás, o nível do mar era cerca de 3 m superior ao atual (Fonte: R.W. Fairbridge, 1958).

século é sete vezes mais rápida do que a elevação do nível do mar verificada desde o final do século XIX, como consta do relatório de 2007 do IPCC.

Em suma: se há 5.000-6.000 anos, quando o esterco e a lenha eram os únicos combustíveis usados pelo homem e a Humanidade não passava de algumas dezenas de milhões de indivíduos, houve temperaturas e níveis do mar significativamente mais altos que os atuais; se a subida do nível do mar já foi muito mais rápida, entre 18.000 e 6.000 anos atrás; e se o aquecimento global no final do Dryas Recente, há 11.600 anos, foi muito mais rápido que o verificado desde o século XIX; em termos científicos concretos, não é possível diferenciar as pequenas variações ocorridas no período industrial, dentro das oscilações naturais muito maiores ocorridas anteriormente, de modo a se poder atribuí-las ao homem.

4. Conclusão:

A hipótese do AGA não se sustenta nas evidências observadas no mundo real. Na prática, ela não passa de projeções de modelos matemáticos sobre o clima, bastante incompletos, que são ferramentas úteis para a pesquisa científica, mas não são substitutos para evidências concretas e, principalmente, não devem ser usados para fundamentar políticas públicas de alcance global.

Como corolário desses fatos, a despeito de todo o apelo emocional do discurso ambientalista, é simplesmente descabido se pretender mudar toda a base energética da economia mundial, que depende dos combustíveis fósseis em mais de 80%, por conta de uma hipótese desprovida de fundamento científico.

É a mesma foto da capa.

APÊNDICE 1

Os problemas energéticos à luz da Doutrina Social da Igreja

A seguir, apresentamos excertos do discurso de Giampaolo Crepaldi, arcebispo de Trieste, presidente da Comissão "Caritas in veritate" do Conselho das Conferências Episcopais da Europa (CCEE) e presidente do Observatório Internacional Cardeal Van Thuân sobre a Doutrina Social da Igreja, proferido no seminário internacional "A Segurança Nuclear: um Bem Comum", promovida pela Sociedade de Gerenciamento de Instalações Nucleares (Sogin), do governo italiano, em Trieste, em julho de 2010. Os grifos são da editoria.

Diante desse complexo panorama, a Doutrina Social da Igreja nos convida, em primeiro lugar, a manter uma atitude equilibrada e sábia, que realmente possa orientar-nos para soluções praticáveis e humanas. Ela nos conclama, antes de tudo, a rechaçar o enfoque ideológico da questão energética. *Parece que, hoje em dia, as ideologias gravitam sobretudo em questões ambientais em geral, e energéticas em particular.* Como assinala o Compêndio da Doutrina Social da Igreja: "Uma correta concepção do meio ambiente: enquanto, de um lado, não se pode reduzir utilitariamente a natureza a um puro objeto de manipulação e exploração, do outro, não se deve absolutilizá-la e supervalorizá-la em relação à dignidade da própria pessoa humana. *Neste último caso, se chega ao ponto de divinizar a natureza ou a Terra, como se pode encontrar facilmente em alguns movimentos ambientalistas que pedem que se dê um perfil institucional e internacionalmente garantido às suas idéias.*

Em segundo lugar, nos convida a superar o enfoque meramente técnico e a ter confiança na capacidade do homem, para quem "é lícito exercer uma administração responsável da natureza, para protegê-la, aproveitá-la e cultivá-la, com novas formas e tecnologias avançadas, de modo que ela possa receber e alimentar a população que a habita, com dignidade

(Encíclica *Caritas in Veritate*, 50)". A tecnologia é, sem dúvida, uma expressão da vocação do trabalho humano, mas representa o aspecto objetivo do fazer, cuja origem se encontra no elemento subjetivo, ou seja, da pessoa que trabalha. Por isso, a tecnologia nunca é somente técnica, inserindo-se de fato no mandato de "cultivar e cuidar da terra" (cf. Gênesis 2:15), que Deus confiou ao homem, e está orientada para reforçar a aliança entre os seres humanos e o meio ambiente, que deve refletir o amor criador de Deus. Ao contrário, algumas vezes, se assiste, ou a uma exaltação da tecnologia, ou à sua demonização, como se ela fosse tudo ou nada. Em ambos os casos, se manifesta uma antropologia pessimista, tendo em conta o que os problemas derivados da tecnologia podem ser automaticamente resolvidos por ela mesma, ou pensando que ela não tem solução que não seja renunciar à própria tecnologia. O capítulo VI da encíclica *Caritas in veritate*, intitulado "O desafio das pessoas e a tecnologia", ajuda a esclarecer esses problemas.

A Doutrina Social da Igreja nos convida a seguir a dinâmica do discernimento, assim como a avaliar os problemas que se produzem em um momento histórico e em um lugar determinado. Ela assume também a perspectiva de fazer interagir a fé e a razão, não se preocupando apenas com a salvaguarda dos equilíbrios

naturalistas, mas também considerando, sobretudo, as consequências sobre o homem, concebendo o Universo como criado em função do homem, criatura por excelência.

Faço a pergunta da forma mais clara possível: a Doutrina Social da Igreja apóia ou desaprova a energia nuclear? Quero aproximar-me da resposta de maneira gradual, inspirado por três fatos que, talvez, não sejam conhecidos por todos.

Em primeiro lugar, quero recordar que a Santa Sé é uma das fundadoras da AIEA, a agência da ONU encarregada dos assuntos da energia nuclear, e que o estatuto desta organização, aceito também pela Santa Sé como membro fundador, diz que a energia nuclear é um direito inalienável para o desenvolvimento econômico e social. A posição de membro fundador da AIEA permite à Santa Sé seguir de perto e promover para o bem comum, por um lado, o processo de desarmamento e a não-proliferação nuclear e, do outro, as pesquisas e as possíveis aplicações pacíficas da tecnologia nuclear.

A partir desses três pontos, penso que posso concluir que a Doutrina Social da Igreja, nem absolutiza a escolha pela energia nuclear, nem a condena irremediavelmente como equivocada. Em vez disto, a doutrina a coloca na responsabilidade comum da Humanidade para

construir o seu progresso futuro, baseada, não como frequentemente se diz, ao respeito aos direitos do meio ambiente, porque o ambiente naturalista assim entendido não tem direitos, mas nos direitos dos homens, inclusive os pobres de hoje, de amanhã e das gerações futuras. A responsabilidade, a solidariedade, a intenção pacífica, a transparência, o controle e a segurança, o desenvolvimento integrado de diversas energias renováveis, o otimismo sobre a capacidade humana e, ao mesmo tempo, o realismo sobre as possíveis contaminações devidas aos interesses de partes e aos egoísmos, a colaboração internacional, o desenvolvimento das autoridades competentes e politicamente independentes, a formação e educação dos cidadãos, a luta unânime e decidida contra o uso militar da energia atômica etc., como se pode ver, fazem parte de uma agenda exigente, mas, como se costuma dizer, "sustentável".

Na atualidade, se usa frequentemente o termo "sustentabilidade". Em minha opinião, às vezes, ele envolve um equívoco fundamental. A única sustentabilidade que se discute, em geral, é aquela naturalista, que está vinculada aos equilíbrios naturais, como o são em termos da natureza considerada em si própria. Nem sempre se leva em conta a sustentabilidade humana. A natureza não é uma variável independente e a ação humana, a variável dependente.

O fracasso de muitos prognósticos malthusianos e neomalthusianos o tem demonstrado amplamente. O atuar humano não é só e sempre contra a natureza, se ele é responsável, pode equilibrar a relação entre o homem e a natureza, nos níveis superiores da sustentabilidade. Isto deve ser sempre considerado na relação homem-natureza, onde o homem continua sendo central, já que no plano de Deus é o único destinatário responsável. *A natureza não é um fim em si mesma, o homem, sim.*

É a mesma foto da capa.

APÊNDICE 2

As futuras gerações e o "Princípio da Precaução"

Giampaolo Crepaldi

Artigo divulgado pela agência Zenit, em 18 de fevereiro de 2011. Tradução para o português por Leandro Batista.

A aplicação de políticas de cuidados com o meio ambiente também está relacionada à nossa responsabilidade frente às novas gerações. Também este aspecto qualifica o problema em sentido moral.

Há um princípio na Doutrina Social da Igreja que se chama "destino universal dos bens", segundo o qual todos os bens da Criação estão destinados a todos, incluindo nossos filhos e

netos. Há, portanto, um dever de deixar-lhes como herança um ambiente habitável e que eles possam, por sua vez, se humanizar e trabalhar para o seu próprio desenvolvimento. Mas é necessário entender corretamente esta questão.

Não devemos pensar que deixamos aos nossos filhos a natureza tal como nós a encontramos, nem devemos pensar em deixá-la completamente devastada e contaminada de um modo irreversível – tratam-se de dois extremos incorretos. Nós devemos manejar a natureza adequadamente, para torná-la apta à satisfação das necessidades de um desenvolvimento autenticamente humano e deixá-la em tal modo que nossos sucessores também o possam fazer. Uma natureza intacta não serve a ninguém. Não é esta a sua vocação. Muitas teorias atuais são contrárias ao desenvolvimento em si mesmo, falam de crescimento negativo e querem interromper um certo tipo de desenvolvimento para substituí-lo por outro.

Prefeririam que a Humanidade voltasse atrás, a uma sociedade natural, fundada na austeridade, no autoconsumo, no intercâmbio com a natureza. Essas ideologias querem deixar a natureza tal como está e mostram, portanto, uma grande falta de confiança no homem, na sua criatividade e na sua inteligência. Muitos outros denunciam a superpopulação como a principal fonte de danos ambientais;

tentam limitar os nascimentos, sobretudo em países pobres, porque pensam que a natureza, para suportar tal massa de habitantes, sofreriria uma degradação irreversível. Houve, e ainda há, muitas previsões catastróficas sobre o destino do planeta como consequência da "superpopulação", que embasaram políticas neomalthusianas de contenção de nascimentos por meio do uso de anticoncepcionais distribuídos em massa ou, mesmo, com a defesa do aborto. Há aqui alguns exemplos muito negativos de ideologias ambientalistas, que terminam agredindo a Humanidade, em vez de promover o desenvolvimento.

A nossa responsabilidade para com as futuras gerações não implica na promoção de políticas desse tipo. Existem na Terra recursos para alimentar aos muitos bilhões de pessoas, caso haja vontade de cultivar a Criação com sabedoria. Essas ideologias absolutizam a natureza, esquecendo-se que esta é para o homem, e não acreditando que o homem a deva gerir e administrá-la sabiamente – e não apenas conservar, como em um museu. Neste sentido, não são verdadeiramente responsáveis em relação às gerações futuras – as que, antes de mais nada, têm interesse em existir, sem ser previamente anuladas para a salvaguarda de supostos equilíbrios naturais. As políticas ambientais necessitam estar bem informadas para

ser eficazes e a fonte de informações nesta área, por excelência, é a ciência. Entretanto, a ciência nem sempre fornece informações completas e exaustivas: às vezes, os cientistas estão influenciados pelas ideologias e pelos interesses políticos, e eis o porque de todo político, principalmente os políticos católicos – porque sua fé os defende mais contra tais ideologias –, dever saber gerir com prudência e sabedoria as informações que vêm das ciências.

Os dados sobre a contaminação atmosférica motivam até as políticas comerciais. Os estudos que se referem ao suposto "buraco" na camada de ozônio exigem intervenções nas emissões de carbono; os relatórios sobre o aquecimento global pedem investimentos que oneram a indústria; as pesquisas sobre o aumento da população clamam por políticas demográficas; e assim por diante. Parece que a política depende da ciência, mas na verdade a ciência é pouco confiável e é orientada ideologicamente pela política. O IPCC [Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas] da ONU, por exemplo, tem seguido fielmente as previsões de aquecimento global. As previsões de "superpopulação insustentável" estão equivocadas: há muitos casos de erros e incertezas da ciência. Portanto, a política deve levar em conta a ciência, mas não deve depender dela cegamente. É necessária, em nossa sociedade,

a consciência do risco que pressupõe que os especialistas nem sempre são confiáveis e que é sempre possível criar um novos problemas por meio de intervenções incorretas. Certas políticas ambientais equivocadas criam novos riscos ambientais, e um exemplo disto é o chamado "Princípio da Precaução", criado em referência a possíveis riscos ambientais.

Os progressos das ciências e das técnicas da natureza, a extraordinária capacidade de que o homem dispõe no campo da biotecnologia, a presença de muitos "ecologismos" ideológicos e a carência no campo da ecologia natural permitiram "uma perigosa agressividade frente à natureza, incluída a pessoa humana" – com a resultante experimentação aguda de múltiplas situações de risco. Tal risco é percebido fortemente pela opinião pública, já que enquanto a ciência atua e permite resolver situações críticas – como enfermidades outrora incuráveis –, ao mesmo tempo, revela a incerteza e a ambivalência no seu próprio caminho rumo aos descobrimentos. Enquanto ilumina, explica e permite dominar e também obscurece, inquieta e nos deixa perdidos.

A natureza se faz mais complexa, assim como a sociedade, o saber se fragmenta e quase se pulveriza em muitos e pequenos campos, a natureza e a sociedade de integram progressivamente e muitas vezes se ligam

indissoluvelmente: tudo isto não permite ver com clareza os riscos reais. A intervenção no DNA abre novas possibilidades de cura para enfermidades genéticas, mas, ao mesmo tempo, abre horizontes inquietantes sobre a possibilidade de selecionar a Humanidade futura em laboratório. As previsões se tornam impossíveis e a ciência, que no projeto moderno deveria garantir a segurança contra a violência e a imprevisibilidade da natureza, se converte, ela mesma, em fonte de segurança e ânsia pelo nosso futuro.

Frente a essa nova percepção do risco, o pensamento contemporâneo criou o "Princípio da Precaução", segundo o qual antes de empreender uma operação de alto risco sobre a natureza e, em situação de insegurança resultante da carência de informações científicas e/ou dados sobre as consequências, devem-se assumir as consequências do teste. Se até agora o ônus da prova era assumido por quem defendia o "não atuar" contra a natureza, com o "Princípio da Precaução", as consequências passaram a ser imputadas a quem decide agir. Quem atua contra a natureza deveria tutelar preventivamente a prova de risco. O "Princípio da Precaução" é uma coisa distinta da prudência e, também, do "princípio da responsabilidade". Em um certo sentido, a atuação humana se coloca em situações complexas e

incertas. São justamente a contingência e a complexidade da realidade concreta, na qual estamos convidados a atuar, que colocam em julgamento a virtude da prudência.

O que diferencia o "Princípio da Precaução" da avaliação prudente? O que está em questão aqui não é apenas a responsabilidade pelas consequências, mas a demonstração da impossibilidade de tais perigos. Portanto, isto é impossível por dois motivos: um deles está ligado às características da ação humana enquanto tal, e o outro está vinculado à ação humana no atual contexto da complexidade. É impossível prever todas as consequências de uma ação, qualquer que seja. E se alguém quisesse avaliar todas as consequências, jamais agiria. Todavia, atualmente, tal impossibilidade é ainda maior, devido à complexidade das intervenções humanas sobre a natureza e pelo fato de em cada intervenção se abrirem infinitas possibilidades de risco, em uma rede impossível de se controlar, com a possibilidade de que eventuais consequências negativas tornem a emergir com a distância do tempo, e de uma forma imprevisível, depois de permanecerem ocultas por um longo período.

O juízo prudencial se fundava na pressuposição da responsabilidade por parte do sujeito agente. Pressuposição de responsabilidade de dois tipos: sobre a conformidade da ação com

a lei moral universal e sobre as consequências do bem resultante de tal ação. O "Princípio da Precaução", em vez disso, não se fundamenta sobre a pressuposição da responsabilidade, mas sobre a demonstração de que as consequências não serão perigosas. Além de arriscar um bloqueio da ação, o princípio poderia condicionar a ação humana à obrigação de demonstrar a bondade das ações, baseando-se na não periculosidade das consequências.

Para evitar esses aspectos pouco convincentes do "Princípio da Precaução", o Compêndio da Doutrina Social da Igreja o aceita, mas precisa as suas características. O "Princípio da Precaução", diz o Compêndio, não é "uma regra para se aplicar, mas uma orientação dirigida à gestão de situações de insegurança". Mas não é uma regra de aplicação, quer dizer, não aplicável de maneira rígida, mas que se assume como uma necessidade geral de segurança, dada a grande potência dos instrumentos que temos à mão.

É uma espécie de "mexer com cuidado". O que conta, em todo caso, é que o Compêndio não o considera uma regra moral à qual se deve ater obrigatoriamente. Isto, além do mais, "manifesta a exigência de uma decisão provisória e modificável, com base em novas informações que venham a ser recolhidas". Trata-se, em outras palavras, de uma espécie de método

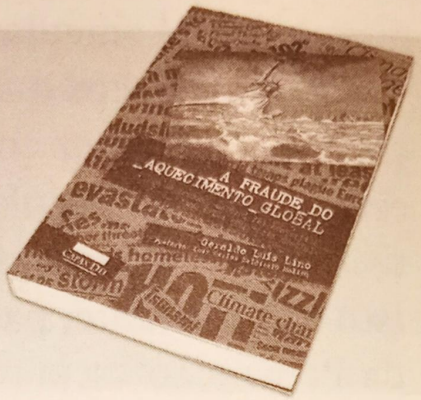
de tentativa e erro – um método, e não uma norma moral vinculante.

Entre os riscos que o "Princípio de Precaução" deve ter em conta, proporcionalmente, está também o risco derivado da decisão negativa - "por exemplo, a decisão de não intervir". Isto é importante, para evitar que o "Princípio da Precaução" seja usado como desculpa para a não intervenção – ou carregado de motivações ideológicas abstencionistas.

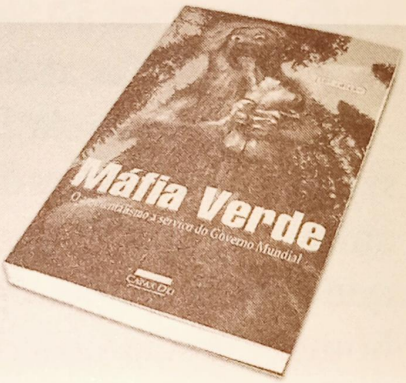
O "Princípio da Precaução", de fato, pode ser instrumentalizado por algumas ideologias ambientalistas descritas acima, sobretudo, as que se movem pelo pessimismo em relação ao homem. Estas observações sobre o "Princípio da Precaução" são muito importantes para o católico que atua na política. Este deve fazer escolhas marcadas pelo princípio da responsabilidade moral e estar atento ao fato de que, muitas vezes, o "Princípio da Precaução" é uma forma de inação e, portanto, de evitar toda a responsabilidade moral. O fato de que ele tem muitos aspectos ideológicos é comprovado, na medida em que os seus partidários não o aplicam, todavia, no campo da bioética, ou em relação à simples possibilidade de que os embriões sejam novas vidas humanas em seus primeiros estágios de desenvolvimento. Em tais casos, os adeptos do "Princípio da Precaução", simplesmente, se calam.

Conheça os bastidores do ambientalismo
e suas campanhas nos livros da Capax Dei Editora

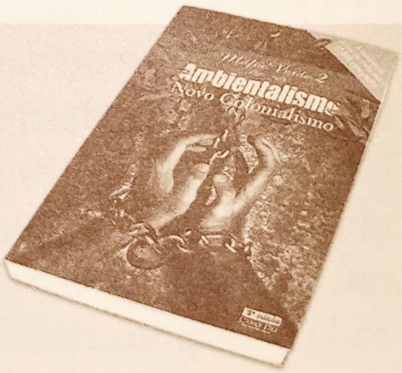
A fraude do aquecimento global
Como um fenômeno natural foi convertido numa falsa emergência mundial
Geraldo Luís Lino



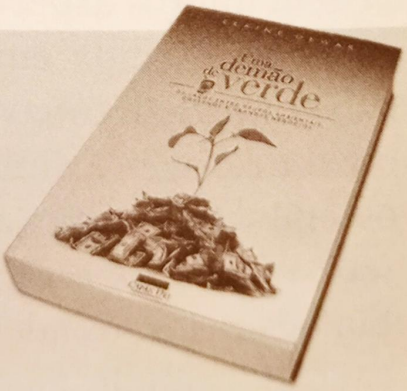
Máfia Verde
O ambientalismo a serviço do Governo Mundial
Lorenzo Carrasco (coord.)



Máfia Verde 2
Ambientalismo, novo colonialismo
Geraldo Luís Lino, Lorenzo Carrasco, Nilder Costa e Silvia Palacios



Uma demão de verde
Os laços entre grupos ambientais, governos e grandes negócios
Elaine Dewar



Capax Dei Editora Ltda.
R. México, 31 s. 202 | CEP 20031-144 | Rio de Janeiro/RJ | telefax +(21) 2532-4086
www.capaxdei.com.br | msia@msia.org.br

Os autores são membros fundadores do Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIa), em 1992. Silvia Palacios e Lorenzo Carrasco são jornalistas. Geraldo Luís Lino, geólogo, é autor do livro *A fraude do aquecimento global: como um fenômeno natural foi convertido numa falsa emergência mundial* (2009).

Orelha 2

"Fraternidade e a vida no planeta"

Poucas vezes um tema tão inspirador como o da CF 2011 foi tão distorcido e aproveitado de forma tão equivocada, como no texto-base da campanha, cujo tema central é o inexistente aquecimento global causado pelo homem. No documento, a CNBB endossa de forma totalmente acrítica a inviável agenda da "descarbonização" da economia e reproduz sem grandes questionamentos os falaciosos argumentos ambientalistas contra infraestruturas e tecnologias modernas, como as usinas hidrelétricas, a energia nuclear, a biotecnologia e outras, cuja aceitação implicaria em um virtual retrocesso civilizatório.

Com isso, além de desorientar os fiéis, a CNBB se alinha ao movimento ambientalista internacional na insidiosa campanha que este tem desfechado contra o progresso e, não menos, contraria as esclarecidas posições que o Vaticano tem manifestado sobre os temas ambientais e as tecnologias avançadas.

O presente livreto contesta os equívocos mais graves do texto-base, com a ajuda da ciência e de autoridades vaticanas.

ISBN 978-85-9805-917-4

9 788598 059174